

“Mauá Redivivo”:¹ os significados de uma biografia

Rafael Rodrigo Ruela Souza

Graduado em História pela UFMG.
Mestrando em História na mesma instituição.

Resumo Na década de 1920, parte significativa da intelectualidade brasileira passou a se interessar pela vida do visconde de Mauá. Em um contexto de acentuadas transformações sociais, durante o qual o país se urbanizava e industrializava, Irineu Evangelista de Souza tornou-se um dos ícones daquele momento. Neste artigo, pretendemos analisar os significados políticos, pedagógicos e historiográficos da biografia publicada, em 1926, por Alberto de Faria. *Mauá* foi o primeiro grande marco na construção de uma memória nacional em torno do visconde², responsável por seu ingresso definitivo no panteão cívico brasileiro.

Este texto tem como objeto de estudo a biografia publicada, em 1926, por Alberto de Faria³. *Mauá* foi uma obra ansiosamente aguardada pela intelectualidade brasileira, haja vista que, no ano anterior a seu lançamento, Faria já havia conferenciado a respeito do biografado na *Liga de Defesa Nacional*, aproveitando para anunciar o futuro trabalho (FARIA, 1925). Fruto de um enorme esforço de pesquisa, iniciado em 1923, quando o autor começou a reunir fontes sobre a vida do visconde, esta obra repercutiu consideravelmente na época

¹ “Mauá redivivo” é o título dado por Cláudio Ganns a um artigo de recomendação da biografia escrita por Alberto de Faria, objeto de estudo deste texto. Cláudio Ganns foi bisneto de Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá.

² Neste artigo, o termo *visconde* invariavelmente faz menção a Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá.

³ Alberto de Faria nasceu na cidade de Campos, no Estado do Rio, em 1865. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, começou a advogar em sua terra natal e, mais tarde, deu continuidade à carreira na capital do país. No Rio de Janeiro, destacou-se também como industrial, chegando, inclusive, a assumir a diretoria de importantes empresas como a *Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico* e a *Companhia Carris Urbanos*. Como intelectual, abordou temas jurídicos em alguns trabalhos, como *Em defesa do Supremo Tribunal* (1922), e, por vários anos, atuou como jornalista, escrevendo sobre assuntos políticos e econômico-financeiros em alguns jornais do Rio. Destes escritos, Faria se valeu para a produção de outros trabalhos tais como *A política fluminense* (1900), *A administração financeira Murtinho-Campos Sales* (1902), *Banco Hipotecário do Brasil* (1920). Durante a década de 1920, sua produção jornalística acusa a aproximação do empresário com o mundo da política. Nas movimentadas eleições de 1921, Faria defendeu o candidato da situação, Arthur Bernardes, nas folhas diárias da capital. Suas boas relações com o poder valeram-lhe prestígio social e influência política. Na presidência de Washington Luís, Faria foi designado para ocupar o cargo de embaixador brasileiro em Tóquio, função que não chegou a exercer. Empresário de sucesso e ator de alguma influência no cenário político nacional, Alberto de Faria também teve notável inserção nos círculos literários da época. Durante a formação acadêmica, expandiu seu círculo de amizades, convivendo com homens como Raúl Pompéia, Raimundo Correia, Borges de Medeiros, Júlio de Mesquita e Pedro Lessa. Em sua casa na Praia do Flamengo, Faria costumava receber intelectuais e escritores estrangeiros de passagem no Brasil. Casou-se com Maria Teresa de Almeida Faria, cujo pai, Tomás Coelho de Almeida, foi duas vezes ministro do Império, além de ter sido fundador do Colégio Militar. Era genro de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde, e de Afrânio Peixoto. Seu filho Otávio de Faria foi romancista de renome e, assim como o pai, também ingressou na Academia Brasileira Letras. Faria faleceu em 1931.

em que veio a lume, merecendo inúmeras resenhas em jornais e revistas e despertando enorme interesse pelo personagem. *Mauá* foi o primeiro grande marco na história da memória nacional em torno de Irineu Evangelista de Souza. De mais a mais, esta obra também foi importantíssima para a carreira literária de Faria. Graças ao sucesso do livro, seu autor foi imortalizado pela *Academia Brasileira de Letras*, em fins de 1928 (FARIA, 1928; LOBO, 1928).

No capítulo inicial da obra em foco, “Razão d’este livro”, Alberto de Faria informa aos leitores que o levantamento documental que resultaria em sua narrativa biográfica sobre o visconde iniciou-se com uma resolução - uma decisão pessoal, no entanto, de natureza cívica. Retirar do esquecimento a figura de Mauá, corrigindo uma injustiça nacional cometida contra um herói do passado brasileiro e, ao mesmo tempo, atraindo para o personagem em questão o reconhecimento público que lhe era devido, foi a motivação que guiou o escritor em sua empreitada cívica. Como poderia estar esquecido dos brasileiros um homem tão extraordinário e que tanto fez por sua pátria, ao longo de sua vida? – questionava-se o autor, repetindo o mesmo lamento proferido cerca de trinta anos antes pelo conselheiro Souza Ferreira⁴. “O esquecimento de Mauá era de causar maior espanto, quando, em todos os ângulos deste país, havia em obras de gozo público, o atestado, palpitante de sua passagem, em cada patrimônio municipal ou estadual a conta do débito de uma estátua merecida” (FARIA, 1933, p. 13) – acrescentava o biógrafo, parafraseando Arthur Azevedo.

Tendo como alvo principal o objetivo cívico explicitado no interior do primeiro capítulo da obra, o *Mauá* de Faria pode ser desdobrado em seis grandes partes. No segundo e terceiro capítulos, o biógrafo delineia a importância histórica do visconde, salientando a contribuição marcante deste personagem para a concretização da unidade brasileira, por meio da interligação das diversas regiões do país pela construção e pelo incentivo ao estabelecimento de vias de comunicação em todo o território nacional. Faria chega a dizer, no terceiro capítulo do livro, que “o Brasil poderia ser maior, se um surdo afastamento, um inexplicável antagonismo de caráter, uma prevenção pessoal talvez, não tivesse sempre colocado D. Pedro II receoso diante dos impulsos progressistas de Mauá” (FARIA, 1933, p. 46). Na seqüência do texto, há uma parte em que o escritor se dedica a analisar alguns aspectos da formação intelectual do jovem Irineu Evangelista de Souza. Esta seção compõe-se de três capítulos e representa um claro esforço para definir as linhas diretoras (culturais,

⁴ “A geração de hoje, ouvindo contar a vida tão útil e nobre de Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá, procura em vão, nas praças do Rio de Janeiro, o monumento a esse herói do trabalho”. Foi com esse tom pungente que o conselheiro Souza Ferreira encerrou o seu *Esboço Biográfico de Irineu Evangelista de Souza, barão e visconde de Mauá*. Originalmente, este texto circulou nas folhas do *Jornal do Comércio* de 29 de maio de 1898. Na ocasião, comemorava-se o quinquagésimo aniversário da *Companhia Luz Stearica* – empresa particular que, em 1854, foi incorporada por Mauá, sendo, então, transformada em uma sociedade anônima. Posteriormente, este artigo foi publicado na *Revista Trimestral do IHGB*, em 1900. Embora bastante apegado à estrutura e ao conteúdo da *Exposição aos credores* - obra autobiográfica escrita por Mauá, em 1878, na ocasião de sua falência - e bem distante da repercussão conquistada pela obra de Faria, o artigo de Souza Ferreira teve um lugar de destaque no esforço cívico, conduzido por parte das elites brasileiras e responsável pelo ingresso do visconde no panteão nacional. (SOUZA FERREIRA, 1900. A citação feita acima foi retirada da página 136).

morais e ideológicas) que conduziriam o personagem biografado em todas as suas realizações, em apreço na parte que se segue. A terceira seção de nossa sistematização da obra é a maior do livro. Do sétimo até o vigésimo primeiro capítulo, Faria aborda as iniciativas do visconde, dividindo-as em cinco áreas: cometimentos industriais, melhoramentos urbanos, vias de comunicação, sistema financeiro-bancário e, finalmente, atuação político-econômica no Rio da Prata. A quarta parte, por sua vez, enfoca as relações de Mauá com outras personalidades – sobretudo, políticas – do Império. Esta é uma seção intermediária: formada de seis capítulos, ela prepara a transição para o desfecho do livro. Na quinta parte, o biógrafo discute a falência das empresas do visconde, dando ênfase às dificuldades enfrentadas por seus bancos. Em dois capítulos, o autor apresenta os acontecimentos e analisa as causas principais da bancarrota de Mauá. Finalmente, na sexta e última seção, também constituída de dois capítulos, Faria empreende um balanço da vida do biografado, ressaltando-lhe a largueza de visão e o tino político. Na perspectiva do biógrafo e de parte significativa da intelectualidade da época, aquilo que Mauá fez ou apenas visualizou, não conseguindo consumir, continuaria sendo inspiração para a geração de 1920. Dessa forma, a entrada do visconde no panteão cívico nacional acabou contribuindo, a seu modo, para a emergência de um novo sistema de valores, em uma década de redefinição do pensamento social brasileiro, como foram aqueles anos.

Quase não há, hoje, grupo político que não ache sempre necessário, quando se trata de afirmar sua legitimidade ou de garantir sua continuidade, apelar para o exemplo e para as lições de certo número de “grandes ancestrais” sacralizados pela lenda. É em nome da fidelidade às mensagens que eles ditaram, da conformidade aos princípios que estabeleceram ou às instituições que fundaram que se pretende corresponder às interpelações e aos desafios do presente. Uniformizadas em um mesmo tipo de representação, [...] suas imagens entulham todas as encruzilhadas de nossa história.

[...]

Marcado, condicionado pelo contexto factual em que se desenvolve, o mito pode assim aparecer, e de maneira mais sugestiva ainda, como uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade. (GIRARDET, 1987, p. 78; 83).

Neste artigo, nossa meta central é compreender os significados da biografia escrita por Alberto de Faria em seus múltiplos contextos de inserção, valendo-se, sempre que necessário, da recepção desta obra, para melhor delinear suas intervenções no contexto intelectual daquele período. Ao longo dos anos de 1920 e de 1930, a Educação e a Política foram alvo de intensos debates no interior da intelectualidade brasileira. Acreditava-se que estas duas esferas-chave da vida nacional caminhariam juntas, devendo ser pensadas como um todo. A construção de uma nação forte dependeria do estabelecimento de uma liderança (cabeça) consciente dos problemas nacionais e das soluções para o país, assim como do desenvolvimento de um povo (corpo) disciplinado e capaz. Como procuraremos mostrar, a receptividade ao herói apresentado por Faria manteve íntima relação com um projeto de Brasil voltado para a modernização do país e fundamentado em uma relação hierárquica

entre os dois segmentos sociais supracitados. Além das apropriações político-pedagógicas que a figura do visconde teve a partir da biografia em foco, *Mauá* é uma obra sintomática das transformações sócio-culturais pelas quais o país passava e um livro cuja relevância historiográfica talvez ainda não tenha sido devidamente reconhecida.

Interagindo com a história

O debate educacional no Brasil do início do século XX mobilizou intelectuais dos mais variados matizes, tendo perpassado várias décadas por ser considerado uma questão estratégica para o futuro da nação (BITTENCOURT, 1990; HOLLANDA, 1957; SCHWARTZMAN, 1984). Conquistar as consciências, preparar o povo brasileiro para os novos tempos que se avistavam no horizonte, forjar a coesão nacional, eis os grandes temas discutidos de forma acalorada naqueles anos, durante os quais a História – especialmente, a que dizia respeito à pátria – foi ganhando destaque especial. Pode-se perceber a importância dada à questão educacional, acompanhado as sucessivas reformas educacionais ocorridas naquele período⁵.

Nas oportunidades em que teve para divulgar seu trabalho, Alberto de Faria sempre demonstrou interesse pela situação do ensino, muito particularmente, do ensino técnico, no país, além de explorar o caráter educativo moralizante de sua obra. A conferência que pronunciou na Liga da Defesa Nacional, em 1925, foi realizada a convite da *Associação de Funcionários do Ensino Profissional*. Na ocasião, diante dos sócios da Associação, dos alunos das escolas profissionais e de membros da Liga de Defesa Nacional, o embaixador resumiu a vida de Mauá, ressaltando a preocupação do visconde com o ensino técnico, pelo apoio conferido, por exemplo, ao *Liceu de Artes e Ofícios* – “*celula mater do que hoje se começa a fazer oficialmente*” por este ramo da formação e educacional⁶. Mesmo quando esta instituição nem tinha dependências próprias, abrigando-se no consistório de uma igreja, ela já era “*a protegida*” de Irineu. O interesse do visconde no ensino agrícola também foi mencionado pelo conferencista. “*É admirável mesmo, como esse problema o ocupou, como lhe sobram patriotismo, inteligência e tempo, para pensar nesse aspecto da instrução mais necessária à vida de um povo que nasce*”. (FARIA, 1925, p. 2-3).

Entendida como instrumento de aceleração da história em um tempo de avanço do capitalismo no país, não estranha que os debates sobre a instrução ganhassem contornos mais pragmáticos, tendo em vista a prosperidade nacional. Nesse sentido, o ensino técnico-profissional apresentava-se como uma demanda estratégica. Fazia-se necessário um modelo de instrução pública que se prestasse a atualizar a juventude, capacitando tecnicamente

⁵ Entre as reformas educacionais que se verificaram naqueles anos, destacamos a Reforma Rocha Vaz, de 1925; a Reforma Francisco Campos, de 1931; e a Reforma Capanema, de 1942.

⁶ Havia um retrato do visconde de Mauá no *Liceu de Artes e Ofício*. Na década de 1920, foi inaugurada uma série de centros de formação profissional no país. Em homenagem ao visconde, alguns desses estabelecimentos foram batizados com seu nome.

as novas gerações para os desafios da economia industrial que se agigantava no país, e que fosse capaz de mobilizar a nação rumo à conquista da soberania econômica⁷. O raciocínio que se ia espalhando entre a intelectualidade daquele período era o da associação entre capacidade produtiva e cultura técnica⁸. Visto que as nações consideradas as mais “práticas” eram também as mais adiantadas em civilização (desenvolvimento material), acreditava-se que a alavanca magna para dinamizar a economia de um país estaria na constituição de uma moderna educação profissionalizante. Além de promover a expansão da riqueza nacional, meta em plena conformidade com o clima nacionalista do momento, este ramo do ensino defenderia também a mão-de-obra autóctone contra os braços estrangeiros, estabelecendo assim uma competição mais justa no mercado de trabalho brasileiro. (NAGLE, 1974).

Dois anos depois da conferência de 1925, Faria discursou na *Associação Brasileira de Educação*. A sugestão do dia para a solenidade partiu de Levi Carneiro e Fernando Magalhães, membros-diretores daquele grêmio, e de Fernando de Azevedo, diretor geral da *Instrução Pública* do Distrito Federal. Era aniversário da falecida de Mauá. Nesta data, o biógrafo estava incumbido de “falar do grande morto” aos mestres da juventude, tendo como meta expressa: “fazer da ascensão de Mauá uma lição de trabalho e de patriotismo, [e] de sua queda uma lição de honra” (FARIA, 1927, p. 3). Aproveitando o ensejo, o escritor ofereceu gratuitamente alguns exemplares do livro recém-lançado aos educadores do ensino primário da capital. Comentando o evento, Levi Carneiro escreveu:

Nunca terá nossa Associação realizado melhor que na singela solenidade de agora, a obra educativa sobre que porfia. Porque a beleza mesma desse livro; a grandeza da vida e da época que ele narra; a magnificência do doador; o apelo ao professorado para a divulgação dessa obra e dessa vida – tudo o que motiva a presente reunião lhe dá significado peculiar e a torna promissora de benefícios dilatados, pelas forças morais que despende e põe em ação. (CARNEIRO, 1927, p. 2).

Se foi apenas a partir de 1930, especialmente com o Estado Novo, que uma política cultural voltada para a educação dos jovens, por meio da valorização da história pátria e dos grandes vultos (sobretudo, políticos) do passado brasileiro, foi colocada em prática, já havia exemplos de biografias moralizantes durante a Primeira República. Aliás, os anos 1920 fo-

⁷ Era esta a proposta educacional defendida por Vicente Licínio Cardoso, que identificava no despreparo técnico da mão-de-obra brasileira o grande nó a ser desatado pelas elites do país ou, em suas palavras, “o problema magno da organização nacional do trabalho”. Bacharel em engenharia, Cardoso atuou muito pouco em seu campo original de formação. Enfrentando sérias dificuldades para se estabelecer profissionalmente, sua trajetória de vida ficou marcada pela participação que teve no movimento de educadores a partir da década de 1920. Sobre as propostas educacionais deste autor, ver: CARDOSO, 1990. A citação feita acima foi retirada da página 295.

⁸ Comparando a figura de Pedro II com a de Mauá, em um artigo veiculado, em 1925, por ocasião do centenário de nascimento do monarca, Vicente Licínio Cardoso assim se expressava: “o caso é que, se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor construtivo da cerebração de Mauá, teríamos constituído na história dos povos um caso de evolução interessantíssima. Se ao invés de professores de sânscrito e de árabe, se ao invés de lições sobre línguas indígenas, o imperador mantivesse um contato utilitário com ingleses, franceses e alemães, que nos pudessem ensinar as novidades técnicas de seu tempo, então teríamos tido um surto vigoroso de aparelhamento material, base lógica fundamental para outros surtos de progresso mais elevado (e estáveis) que haveriam de surgir” (CARDOSO, 1933, p. 157-158).

ram anos fecundos em balanços da trajetória histórica do país, tendo a efeméride do Centenário da Independência funcionado como estímulo a esse tipo de análise. Década de releitura da história pátria, o panteão nacional acabou se renovando naquele período. Enquanto novos heróis surgiam, com destaque para os personagens do Brasil Império, outros caíam no esquecimento ou eram re-significados. (GOMES, 1996; OLIVEIRA, 1990; RICCI, 2000). Dentre as figuras imortalizadas naquela ocasião, uma delas foi Mauá, cuja vida o embaixador ofereceu como exemplo à juventude. “*Aos moços do país, para que se eduquem na admiração de um grande homem, virtuoso na fortuna, heróico na adversidade*” – era essa a dedicatória do livro. O significado cívico do empreendimento biográfico levado a cabo pelo embaixador foi discutido e defendido em um artigo de Azevedo Amaral em *O Jornal*. Amaral foi ideólogo do Estado Novo e entusiasta da modernização do país (OLIVEIRA, 1982). Dizia ele, a propósito da conferência de Faria em 1925:

A profunda ignorância e o descaso da geração atual pelo passado do Brasil decorrem principalmente do caráter impessoal da obra até hoje realizada pelos nossos escassos historiadores. Descrevem-se os acontecimentos, comentam-se os atos dos seus protagonistas, por vezes mesmo tentam-se interpretações sociológicas do determinismo dos episódios narrados. Mas não aparece nunca uma figura real, uma personalidade concreta que se possa tornar o centro de atração das hostilidades ou da veneração cultural das gerações vindouras ou cujo dinamismo seja capaz de servir de estímulo cívico.

(...)

Insistindo na sua conferência para que os moços se preocupassem em prestar a Mauá o culto a que ele tem direito, o biógrafo de Irineu Evangelista de Souza inaugurou a forma eficiente de uma cultura cívica racional que virá satisfazer a necessidade que todos hoje sentem de estabelecer uma disciplina moral e de apresentar às novas gerações um ideal capaz de transformar no ouro de lei de um verdadeiro patriotismo, os espúrios valores cívicos que por aí vão circulando. (AMARAL, 1925, p. 1-2).

Direta ou indiretamente influenciado pelas seis famosas conferências proferidas por Thomas Carlyle, em maio de 1840, Amaral ressaltava a importância dos heróis para história e, muito particularmente, para a pedagogia da nacionalidade. Carlyle foi um idealista: leitor da filosofia alemã, ele acreditava na existência de uma *Idéia Divina* a comandar o universo visível. Em suas palestras, o que o historiador inglês esforçou-se por defender é o papel dos *Grandes Homens*, não tanto como super-homens que tudo podem e tudo realizam, mas antes como personagens históricos que se distinguem por terem seus nomes ligados a uma causa transcendente. Sua grandeza é fruto de sua capacidade de apresentar-se como *ideal realizado* e não tanto de sua capacidade para efetivar seus ideais. O herói pode até fracassar, desde que lhe reste energia suficiente para manter vivo o espírito de suas obras entre as gerações futuras, desde que os seus pósteros vejam nele a encarnação de um ideal meritório e digno de dar prosseguimento. É, portanto, como fundador de uma idéia, como representante de um novo valor ou, enfim, como profeta de um novo tempo, que Carlyle reconhecia o valor dos heróis no devir. A História Universal nada mais é do que a Biografia dos Grandes Homens, porque é neles que os homens comuns reconheceriam o seu destino: o Grande

Homem carrega consigo um discurso nacional; ele é uma “voz articulada” que fala pela nação. E é da aderência inconsciente e instintiva das massas ao ideal do herói que um povo encontraria forças para avançar e concretizar historicamente suas aspirações – nada mais do que os sonhos sonhados, a princípio, por seus Grandes Homens (CARLYLE, s./d.). Como grande homem de negócios, Mauá soube traduzir suas riquezas em proveito para o país, fazendo-se um exemplo vivo para os pósteros; como grande literato, Faria encontrou o modo apropriado para apreender, da vida de seu biografado, aquilo que, realmente, ela teria de útil para a nação (AMARAL, 1925).

Dessa identidade moral, dessa conformidade de ponto de vista na apreciação dos deveres da riqueza, das obrigações do homem público resultou a felicidade com que o sr. Alberto de Faria conseguiu reproduzir, não em uma fria reedição fotográfica mas com o colorido quente e com a sutil interpretação psicológica dos traços fisionômicos do retrato de um mestre a figura verdadeiramente gigantesca do grande transformador do Brasil de hoje, em que temos o dever de prosperar e nos engrandecer. (AMARAL, 1925, p. 1-2).

Junto ao valor pedagógico da obra em foco, perceptível desde a sua divulgação até a sua recepção, também é importante delimitar seu significado político. Com o início da Primeira Guerra, houve um refluxo da expansão capitalista mundial e as economias mais industrializadas precisaram de tempo para se recompor. Resultado: os investimentos de capitais em países periféricos, como o Brasil, recuaram e o comércio internacional ficou seriamente abalado, ocasionando uma forte retração nas importações e uma acentuada queda nas cotações dos produtos brasileiros, sobretudo, o principal deles, base da economia do país na época, o café. Durante os anos do conflito, a indústria brasileira viu-se, pois, na necessidade de suprir o mercado interno com gêneros que, antes, eram importados. A prática da substituição de importações não se iniciou em 1914, contudo, aquela data marcou um ponto de inflexão no capitalismo brasileiro, a partir do qual, o que até então se fazia de um modo precário e meio espontâneo se afirmou como um novo modelo de desenvolvimento para o setor industrial do país. (GRAHAM, 1973; HOBSBAWM, 1977; SINGER, 1977).

O fim do conflito mundial trouxe consigo uma euforia nos mercados, com o ressurgimento passageiro do comércio mundial. Não obstante, os anos vinte verificaram um ritmo de crescimento industrial mais lento, se comparado ao do período da guerra⁹. Ia, pois, ganhando força em elementos da burocracia civil e militar, entre as elites políticas, dentro da intelectualidade e no próprio meio empresarial, um anseio por uma nova política econômica capaz não somente de alavancar a indústria, como retirar a economia brasileira do eixo

⁹ A expansão do setor secundário brasileiro durante o primeiro conflito mundial parece ter decorrido muito mais da intensificação do uso do maquinário já existente no país, do que da ampliação e modernização do mesmo. Se houve crescimento da demanda interna por produtos industrializados e semi-industrializados, e é certo que houve juntamente com a abertura de novos mercados para a produção fabril na América do Sul, coexistiu o desafio de atender a essa disposição crescente de consumo em um período de redução acentuada nas importações de bens de capital e insumos industriais. Sendo assim, pode-se dizer que o êxito então obtido pela indústria se deu graças ao aparelhamento do setor, realizado no início do século, particularmente nos cinco anos que antecederam o embate. (DEAN, 1991).

gravitacional, periodicamente periclitante, do sistema agro-exportador, então, representado pela monocultura do café. Na virada da década, a industrialização começava a se definir como uma solução efetiva para o Brasil. E o mais significativo é que a via industrializante não se ia amadurecendo circunscrita à classe industrial; era toda uma ideologia favorável à indústria que, aos poucos, ia se disseminando entre os principais setores sociais da época, em termos de poder de decisão político¹⁰.

Acompanhando e participando dessa transformação nos marcos político-institucionais brasileiros, o empresariado industrial passou a atinar para as vantagens de melhor se organizar para delimitar, defender e difundir seus interesses. Foi na década de 1920 que o *Centro Industrial Brasileiro*, criado a partir da reorganização da antiga *Sociedade Auxiliadora Indústria Nacional*, tornou-se um referencial nacional para os fabricantes¹¹. Neste mesmo decênio, os empresários paulistas começaram a definir sua identidade de classe e a especificar suas propostas políticas, em embates com outros setores sociais. Consciente da dependência do país em relação à lavoura, a burguesia industrial adotava um tom mais conciliador ao enfrentar este grupo. Nessas circunstâncias, os produtores fabris tendiam a ver a agricultura como um ramo complementar. As reclamações mais incisivas dos fabricantes visavam, principalmente, os importadores. De acordo com os primeiros, a produção da indústria nacional demandava taxas cambiais estimulantes e tarifas alfandegárias protetoras – posição diametralmente contrária aos interesses dos segundos. Abrigados em uma mesma sociedade, a *Associação Comercial de São Paulo*, fundada em 1894, os interesses do empresariado fabril e mercantil foram se tornando irreconciliáveis, na medida em que a indústria paulista se fortalecia. Divergências quanto à questão tributária foram o pomo de discórdia. Em 1928, durante as eleições da nova diretoria da entidade, industriais e importadores não se entenderam; como resultado do cisma surgiu o *Centro dos Industriais do Estado de São Paulo*. (DEAN, 1991).

Ao vir à luz, em termos gerais, foi este o cenário encontrado por *Mauá*. De um lado, a economia capitalista mundial passava por um período de significativas transformações, em cujo bojo países, como o Brasil, tiveram a oportunidade de adensar a industrialização de suas economias, consolidando seu setor de bens de consumo não-duráveis; do outro, a di-

¹⁰ Em uma brilhante síntese sobre o pensamento econômico brasileiro, Ricardo Bielschowsky aborda o *ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, entre 1930 e 1964. No livro, o período compreendido entre 1930 e 1945 aparece como o das *origens do desenvolvimentismo*. Foi, então, que se começava a vislumbrar a necessidade e a possibilidade de implantar no país um setor industrial integrado e capaz de preencher todos os ramos da cadeia produtiva, por meio da coordenação, do planejamento e da cooperação econômica estatal, tendo em vista o uso *nacional* dos recursos naturais do país, assim como, a defesa contra o imperialismo estrangeiro através da maximização da exploração das riquezas do Brasil. Acrescente-se ainda que foi naqueles anos que se configurou a aliança entre setores militares e quadros técnicos, fundamental para o desenvolvimento de uma política econômica nacionalista e estatizante, bastante favorável aos interesses do setor secundário. (BIELSCHOWSKY, 2000).

¹¹ Existente desde 1904, apenas com as administrações de Jorge Street (1919-1926) e Oliveira Passos (1926-1931), a instituição conquistou maior destaque na vida nacional e consolidou sua atuação e representatividade de classe, muito especialmente depois que ficaram definidas as reuniões quinzenais da diretoria; nestes encontros, os assuntos de interesse da indústria começaram a receber tratamento mais freqüente, amadurecendo-se aos poucos a percepção do “lugar” do setor na economia brasileira. (LEME, 1978).

nâmica das forças políticas internas iniciava uma fase de redefinições, com a emergência de novos setores sociais, como a burguesia industrial, e a ascensão de novos valores, urbanos, tais como os defendidos pela burocracia civil e militar. Emergindo neste contexto, acreditamos que *Mauá* teria dado sua parcela de contribuição aos debates político-econômicos que ocorriam naquele momento, ainda que de uma maneira indireta e transversal, haja vista que estamos tratando de uma biografia e não, de uma obra de teoria política *strictu senso*.

Dentre as muitas iniciativas nas quais Mauá se envolveu, o empreendimento fabril da Ponta de Areia é, sem dúvida, um dos mais lembrados. Segundo o próprio visconde, este estabelecimento foi o resultado de um sonho que ele nutriu durante sua viagem à Inglaterra, em 1940. Na ocasião, Irineu Evangelista de Souza visitara uma fundição em Bristol, tendo se convencido da importância da indústria do ferro, “*mãe de todas as outras*” (FARIA, 1933), para o país. Ao se referir ao acontecido, Alberto de Faria considera-o (não sem algum exagero) como o marco inicial do progresso material do Brasil. Ora, tendo esta fábrica ido à falência, pela falta de pedidos do governo e pela aprovação de um novo regime fiscal em 1860 (*Tarifa Silva Ferraz*), foram estes os motivos principais alegados por Mauá e repetidos por seu biógrafo (MAUÁ, 1943; FARIA, 1933), o episódio é narrado pelo embaixador e será visto por muitos como uma lição a ser incorporada pelo Estado brasileiro, no final dos anos 1920. É a imagem “evidente” da falta de sentido econômico do Estado imperial. Exatamente o oposto do espírito progressista que conduziria o visconde em todos os seus cometimentos.

Diversos autores farão referência a essa oposição entre o visconde e seu tempo, *topos*¹² recorrente na vida de um homem que já se via e ainda é visto como uma exceção em sua época. A representação do visconde de Mauá como um homem além de seu tempo não era novidade. Desde a *Exposição aos credores* e, mesmo, desde sua escrita epistolar, prática em que a auto-imagem do visconde ia sendo gradativamente formada, Irineu Evangelista já se via como um solitário, um mártir em seu tempo. A novidade da apropriação de uma imagem já conhecida se encontrava em seu uso numa conjuntura político-econômica, particularmente, favorável. O que fez da biografia do embaixador Alberto de Faria um sucesso, afora seus muitos méritos, foi ela ter calado fundo na intelectualidade brasileira, participando da definição de *topos* que, como este, seriam aproveitados por outros autores contemporâneos na constituição de uma nova tradição no país: a modernização industrial.

Na década de 1920, durante o período de repercussão da biografia escrita pelo embaixador Alberto de Faria, pode-se dizer que falar em Mauá é levantar a bandeira da indústria. É advogar não apenas a viabilidade, como a pertinência, o caráter decisivo do setor

¹² Entenda-se *topos* como um elemento retórico usado, recorrentemente, em um texto, no intuito, consciente ou não, de conquistar o leitor, fazendo-lhe “comprar” uma certa visão ou interpretação do real. O *topos* pode ser considerado uma espécie de conceito “quente”. Trata-se de uma imagem viva que contém uma idéia-chave para a compreensão de um texto. (Para uma excelente aplicação da *tópica da solidão* nos escritos de si do engenheiro André Rebouças, cf. CARVALHO, 1998).

fabril para o sucesso do devir nacional. A discussão a propósito de uma atuação mais ou menos ativa do Estado na economia, embora certamente já se colocasse, ainda ocupava um plano secundário nos debates¹³. Um projeto de desenvolvimento econômico, tendo como carro-chefe o setor secundário e sendo viabilizado pelo Estado, é que, então, começava a despontar dentro de alguns setores sociais, como parte do empresariado e parcelas expressivas da burocracia e da intelectualidade.

Inovando na historiografia

A historiografia econômica começou a ser praticada sistematicamente no país motivada pelas mesmas razões que ocasionaram seu surgimento no cenário mundial em meados do século XIX, ou seja, a dimensão e a complexidade cada vez mais acentuadas da ordem econômica, a partir da mundialização das relações internacionais, fenômeno vivenciado após as Grandes Navegações que marcaram o início da História Moderna. À medida que as questões econômicas ganhavam espaço e se tornavam progressivamente problemáticas, elas acabaram por se impor aos observadores como uma temática que não poderia continuar sendo deixada de lado ou tratada secundariamente. (IGLÉSIAS, 1959; RODRIGUES, 1969).

Além dessas transformações de natureza sócio-econômica, duas correntes de idéias foram fundamentais no processo de constituição da historiografia econômica a nível mundial, quais sejam: a escola histórica de economia política e a interpretação econômica da história. A primeira, que teve em Friedrich List seu representante principal, contribuiu de forma inestimável para a renovação e a consolidação da história econômica, ao recusar as interpretações abstratas e de cunho generalizante da escola liberal, cuja abordagem se caracterizava por suas pretensões de validade em qualquer tempo e espaço históricos. A segunda corrente intelectual, cujo paladino mais notório foi Karl Marx, talvez tenha promovido o maior impulso já recebido por esse ramo da historiografia. De mais a mais, ao enfatizar a importância decisiva dos elementos materiais na história e chamar a atenção para o caráter determinante do econômico, Marx contribuiu para afastar a história do campo das cogitações políticas no qual se encontrava quase que exclusivamente, dando à disciplina uma metodologia bem mais preocupada com a análise dos fatores sócio-econômicos, em seus esforços de apreensão do passado. (IGLÉSIAS, 1959).

No Brasil, a historiografia econômica propriamente dita só começou a ser praticada no século XX. Até meados do século XIX, o econômico pouco aparece; precisa ser pinçado das obras dos cronistas, sobretudo, coloniais, nas quais se exprime como descrição da atualidade econômica e não como história. Da segunda metade do século em diante é que o interesse pelo econômico-social tornou-se mais acentuado, na medida em que as análises sócio-históricas ganharam uma dimensão mais estrutural (SANTOS, 1978). Desde então, este começa a ganhar certa autonomia. Ainda assim,

¹³ Ao final dos anos 1930, foi que a discussão em torno do intervencionismo estatal na economia brasileira ganhou dimensões mais significativas, após uma década de fortalecimento do aparelho burocrático estatal pela criação de uma série de órgãos governamentais de planejamento e consultoria e depois que três grandes eventos, o Primeiro Congresso Brasileiro de Economia (1943), o Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria (1944) e a Primeira Conferência das Classes Produtoras do Brasil (1945), deram um passo importante na direção do planejamento econômico. (BIELSCHOWSKY, 2000; IANNI, 1971).

cumpre ressaltar o caráter limitado dessas obras, nas quais o econômico aparece mais em análises pontuais, sendo abordado apenas sob certos aspectos, como: a exploração mineral, os transportes, o meio circulante ou os bancos, só para citar alguns exemplos. Será apenas com o despontar do século XX que abordagens mais amplas, “*retratos da economia no seu todo*” (IGLÉSIAS, 1959, p. 81; SZMRECSÁNYI, 2004), surgirão.

Os motivos que explicam o aparecimento tardio da especialização em nosso país são, em linhas gerais, os mesmos que o explicam no plano geral. É que só em nosso século [no caso, o século XX] os assuntos econômicos despertam atenção de políticos e estudiosos. É claro que já se tinha em conta, antes, a realidade econômica, mas esta não constituía objeto de maiores cuidados, entrelaçada que estava nas teias da política, em suas manifestações administrativas, legais. Não se concedia ao econômico a importância que ele tem. [...] Nesse acalanto viveu-se até que a primeira grande guerra fez sentir os seus efeitos. (IGLÉSIAS, 1959, p. 78-79).

Concomitantemente ao desenvolvimento dessa produção no campo específico da historiografia econômica, uma série de intelectuais começou a dar mais ênfase às questões sociais e, conseqüentemente, a colocar o econômico, quando não como fundamento, pelo menos, como um importante marco de suas propostas e projetos políticos. Em suma, duas questões principais preocupavam a intelectualidade daquela época: a organização do trabalho livre, questão cada vez mais urgente diante da ascensão dos movimentos operários, e a autonomia externa da nação, a independência econômica tão discutida e sonhada, após a Primeira Guerra ter colocado a descoberto o fenômeno do imperialismo. Por trás dessas preocupações, o que existia era a tentativa de solucionar o “atraso” brasileiro ou, em outros termos, o projeto de construir uma nação forte e moderna. Como se pensava, por ocasião do centenário da Independência, “*o país precisava completar o que se iniciara há cem anos*” (IGLÉSIAS, 1959, p. 81). E é, nesse contexto, que entendemos a inserção historiográfica do *Mauá* de Faria.

A publicação de uma biografia sobre um personagem cuja vida fazia referência imediata à história econômica de seu povo representou uma novidade no pensamento social brasileiro. Alberto de Faria como que operava um *lance*¹⁴ em seu contexto intelectual. Naquele momento, os olhares dos biógrafos visavam, especialmente, as grandes figuras políticas da história pátria (GOMES, 1996). Não era comum que empresários e homens de negócio fossem imortalizados pela pena dos escritores. Ao tirar do olvido a trajetória de Mauá, o embaixador chamava a atenção dos leitores para o lugar das questões econômicas na vida da nação. Tratava-se, claramente, de uma tomada de posição política, mas também de uma intervenção no cenário historiográfico da época, sem sombra de dúvida. Em um excelente artigo, Leopoldo Feijó Bittencourt demarcava o “lugar” de *Mauá* na historiografia brasileira.

¹⁴ Utilizamos este termo tal como ele é empregado na nova *História das Idéias* praticada por Quentin Skinner e John Pocock, ou seja, apontando para uma inovação discursiva em um dado contexto lingüístico (SKINNER, 2000; POCOCK, 2003).

Das figuras que se preocuparam com Mauá e que vieram a ter expressão pela maneira que o fizeram, há de citar-se Alberto de Faria em primeiro lugar. (...) *Tem-se a impressão de que ele veio a público lançar o assunto da mesma maneira que o fazem os romancistas, isto é, procurando despertar a atenção geral pelo que narra de fabuloso.*

(...)

... esse escritor habilíssimo lançou um livro que afinal de contas hoje representa o interesse despertado pelo aspecto econômico da formação do Brasil. Se Lúcio de Azevedo rasgou os horizontes da história da formação econômica do país, Alberto de Faria tornou a questão de tal maneira popular que no dia seguinte ao da publicação do livro sobre Mauá, já se ouvia discutir: – quem vale mais, o Visconde de Mauá ou Pedro II? A pergunta valia o mesmo que se interrogassem: – Que pesa mais, o fator político ou o elemento econômico? Sim; era como se indagassem que serve mais, a agulha ou a linha. (BITTENCOURT, 1942, p. 3-4, grifo nosso).

Muito embora tenha desqualificado a oposição simplista proposta por alguns, já que de acordo com Feijó Bittencourt não haveria como isolar a política da economia e vice-versa, o articulista captou, de forma precisa, a importância da obra de Faria na produção histórica brasileira. *Mauá* não foi a primeira obra a chamar a atenção para questões econômicas da história brasileira, particularmente, para questões atinentes ao desenvolvimento material do país. Desde meados do Dezenove, outros autores já vinham tratando desses assuntos, seja estudando aspectos da trajetória econômica do país, seja, sobretudo, após a Primeira Grande Guerra, produzindo relatos com uma visão panorâmica desse ramo da história pátria¹⁵. Ao fazê-lo, entretanto, por meio de uma narrativa biográfica que elevava Irineu Evangelista de Souza à categoria de herói nacional, parece que o autor teve algumas vantagens sobre os seus pares que se debruçavam sobre a mesma temática, porém, com a preocupação de produzir análises mais técnicas e especializadas sobre a História Econômica do Brasil.

Explorando sua natureza anfíbia

A biografia é um gênero limite que se encontra no ponto de interseção da Literatura com a História. Em alguns períodos, a narrativa biográfica pendeu mais para a busca da objetividade, propósito tradicionalmente perseguido pela História; em outros, favoreceu especialmente a beleza da narrativa, marca da Literatura (NEVES, 2002; LORIGA, 1996). No momento em que escreveu *Mauá*, Alberto de Faria optou por uma solução de compromisso, procurando encontrar a harmonia perfeita entre a exatidão do conteúdo e a elegância estética do texto. No entanto, claramente se percebe que a preocupação predominante do seu texto estava na forma. Seguindo a tendência das biografias modelares, que tiveram um grande impulso após a ascensão de Vargas ao poder, a finalidade principal de seu livro era pedagógica: educar pelo exemplo de um grande homem do passado pátrio. Ao herói de uma biografia, cabia fascinar os leitores, incutindo-lhes valores e ideais, assim como os mobilizando para a ação (GOMES, 1996; RICCI, 2000). É o próprio Faria quem confessa, ainda que de forma oblíqua, qual era a marca distintiva de sua obra. A propósito de D. Pedro

¹⁵ Para uma bibliografia com as principais obras da história econômica do Brasil, ver: RODRIGUES, 1969, p. 168-169.

II, a quem faz, como já vimos, algumas objeções pelo fato de sempre ter nutrido certa prevenção contra Mauá, o biógrafo cita as palavras do deputado Wanderley Pinho, em discurso na Câmara, como arremate do capítulo em que aborda a relação tensa existente entre o imperador e Irineu Evangelista de Souza. Comentando a importância cívica de Pedro II para o povo brasileiro, o deputado assim se expressava.

Os povos não necessitam de ídolos cívicos. O povo brasileiro erigiu, como um dos seus, e como o seu maior, a D. Pedro II; e se esse ídolo lhe dá vigor para criar, lhe dá forças para agir, se esse ídolo o educa em estímulos sãos, que importa que haja alguma argila opaca nas cintilações que lhe empresta? Se esse ídolo o comanda para a pureza, o bem, a força, a justiça, o ideal, não há senão como alentar essa idolatria, apurar esse fetichismo, aumenta, limpando-a de qualquer sombra, a auréola dessa divindade. (FARIA, 1933, p. 63).

Entre a busca da beleza e a busca da verdade, é preciso escolher a qual tendência será dada o direito da primazia. Literatura ou História? Ao priorizar a primeira, o texto perde em exatidão e peca em objetividade, todavia, ele se reveste de uma verdade mais elevada do que a própria precisão dos fatos. Opta-se por falar mais de um ideal do que do real. E foi essa a escolha feita por Faria, muito embora o biógrafo não a confessasse abertamente e tivesse a convicção de que a própria vida de seu personagem mesclava perfeitamente o *Bom* e o *Belo*, a verdade moral e a excelência estética. Muito mais que historiar uma trajetória, Faria tinha como meta apresentar a vida do visconde como símbolo de um ideal nacional ainda não plenamente realizado.

O protagonista de *Mauá* é um homem extemporâneo, um indivíduo isolado, lutando contra tudo e contra todos. Trata-se de um (meta)discurso¹⁶ no qual as “forças do Bem”, voltadas para a iniciativa de promover o engrandecimento material do país e personificadas em Mauá, aparecem lutando contra as “forças do Mal”, ancoradas na tradição e presas à estagnação. Certamente, um projeto de nação cartesianamente traçado não faz parte do escopo da obra, entretanto, o propósito perseguido pelo autor é nítido: conquistar adeptos para a continuação da grande batalha iniciada por Mauá no século XIX. A moral profunda implícita no livro do embaixador pode ser resumida naquela lição bem conhecida do mundo ocidental: se a sementinha cair no chão e não morrer, fica só; morrendo, porém, dá muito fruto. Sozinho e incompreendido, o visconde acabou abatido por forças maiores que as suas energias pessoais; sua obra, contudo, uma vez exumada do passado, deveria ser levada a cabo, em um esforço conjunto e continuado, pelas gerações vindouras.

É curioso pensar que uma biografia tenha participado da inauguração de uma nova tradição no pensamento social brasileiro. E, no entanto, foi essa a maior contribuição de *Mauá* em seu cenário intelectual. Ora recorrendo ao lado histórico e explorando, sobretudo, a historiografia econômica nascente, ora apelando para a face literária do gênero e se valendo de imagens e

¹⁶ Tendo como base as discussões historiográficas mais recentes que apontaram as intercessões da História com a Literatura, entenda-se por meta(discurso) todo tipo de imagens, estilos e ficções narrativas que dão ancoragem ao discurso histórico, seja ordenando-lhe a trama, seja “abrindo-lhe” o sentido. (CARVALHO, 1998; WHITE, 1994).

representações políticas impactantes, Alberto de Faria obteve sucesso na construção de um herói industrial, o primeiro do panteão nacional cuja imagem salientava a importância dos fatores econômicos na trajetória de um povo e apontava para a necessidade indeclinável da modernização do país.

Fontes

AMARAL, Azevedo. Em torno de uma conferência. *O Jornal*. Rio de Janeiro, p. 1-2, 27 out. 1925.

BITTENCOURT, L. Feijó. Autobiografia do Visconde de Mauá. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 3-4, 19 jul. 1942.

CARDOSO, Vicente Licínio. À margem da República, in: _____ (org.). *À margem da história da República*. 3 ed. Recife: FUNDAJ/ Massangana, 1990. (1 ed. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil, 1924).

CARDOSO, Vicente Licínio. À margem do Segundo Reinado, in: _____. *À margem da história do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1933 (Brasiliana, Série V, vol. XIII), livro póstumo.

CARNEIRO, Levi. Mauá e seu tempo. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 2, 26 jun. 1927.

FARIA, Alberto de. *Mauá*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1933 (Brasiliana, Série V, vol. XX). (1 ed. Rio de Janeiro, Paulo Pongetti & Cia., 1926).

_____. Mauá. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 3 jul. 1927.

_____. O visconde de Mauá. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 2-3, 23 out. 1925.

LOBO, Hélio. Discurso proferido pelo Sr. Helio Lobo ao receber o Sr. Alberto de Faria. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 5-6, 16 dez. 1928.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de, 1813-1889. *Exposição do Visconde de Mauá aos credores e ao público*. 3 ed. *Autobiografia*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943. (1 ed. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve & Cia, 1878).

SOUZA FERREIRA, J. C. de. Visconde de Mauá: esboço biográfico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXII, 2ª parte, nov. de 1900, p. 75-136.

Livros e artigos

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

CARVALHO, Maria Alice R. de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ-UCAM, 1998.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1991.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOLLANDA, Guy de. *Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro (1931-1956)*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Nacionais; D.F., INEP – Ministério da Educação e da Cultura, 1957.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: s. ed., 1959.
- LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LORIGA, Sabina. *La biographie comme problème*, in: REVEL, Jacques (org.). *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1996.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo/ Rio de Janeiro: EPU/ Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Elétrons não são intrinsecamente interessantes como gente. In: Encontro Regional de História, 10, 2002, Rio de Janeiro. *História e Biografias*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 1 CD-ROM.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral, in: _____ et alii. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. Organização de Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 2003.
- RICCI, Magda. “Como se faz um vulto na história do Brasil”, in: GUAZZELLI, César A. Barcellos, et alii. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. Os gêneros históricos na história do Brasil, in: *Teoria da história do Brasil*. 3 ed. São Paulo, Nacional, 1969.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon, *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/ Universidade de São Paulo, 1984.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930, in: FAUSTO, Boris. *História da civilização brasileira*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1977. (Tomo III, O Brasil Republicano, 1º vol.).
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas*, Revista de História Intelectual, n.º 4, p. 149-191, 2000.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 14, n.º 1, p. 11-37, jan./abr. 2004.
- WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário, in: *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.